



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Julho/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O segredo da felicidade é encontrar a nossa alegria na alegria dos outros.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 10, considere um trecho do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça...

Que abismo que há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoeiro, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que a mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha... – Bonita canoa! – Antes assim! – Como obedece bem aos remos do homem! – O certo é que eles estão no Céu!

Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada. Prata, ouro, eram os metais que amava de coração; não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço, e assim se explica este par de figuras que aqui está na sala, um Mefistófeles e um Fausto. Tivesse, porém, de escolher, escolheria a bandeja, – primor de argenteria, execução fina e acabada.

(Machado de Assis. **Quincas Borba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

1. A reflexão de Rubião no 2º parágrafo permite caracterizá-lo como

- (A) calculista.
- (B) altruísta.
- (C) melancólico.
- (D) indolente.
- (E) nostálgico.

2. Depreende-se do 3º parágrafo que

- (A) o “coração” de Rubião busca ocultar o sentimento de alegria pela morte da irmã e do amigo Quincas Borba.
- (B) o “espírito” (ou seja, a razão) de Rubião busca consolar seu “coração” pela morte da irmã e do amigo Quincas Borba.
- (C) o “espírito” (ou seja, a razão) de Rubião busca se afastar do sentimento de alegria pela morte da irmã e do amigo Quincas Borba.
- (D) o “coração” de Rubião mostra-se constrangido pelo sentimento de alegria experimentado por seu “espírito” (ou seja, por sua razão).
- (E) o “espírito” (ou seja, a razão) de Rubião mostra-se orgulhoso por cercear o sentimento de alegria experimentado por seu “coração”.

3. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa.* (1º parágrafo)
- II. *Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.* (1º parágrafo)
- III. *– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral.* (2º parágrafo)

O narrador dirige-se explicitamente a seu leitor APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

4. Verifica-se a ocorrência de discurso indireto livre no seguinte trecho:

- (A) *– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele.* (2º parágrafo)
- (B) *Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã.* (1º parágrafo)
- (C) *Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista.* (1º parágrafo)
- (D) *Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral.* (2º parágrafo)
- (E) *– Bonita canoa! – Antes assim! – Como obedece bem aos remos do homem! – O certo é que eles estão no Céu!* (3º parágrafo)



5. *O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto* (3º parágrafo)

Sem que haja prejuízo para o sentido do texto, as expressões sublinhadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) orgulhoso e discordou da direção
- (B) constrangido e mudou de rumo
- (C) desconfiado e tomou uma decisão
- (D) horrorizado e tomou um susto
- (E) desanimado e desconfiou da direção

6. Considere os seguintes trechos do texto.

I. *Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre* (1º parágrafo).

II. *tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade* (1º parágrafo).

III. *não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço* (4º parágrafo).

Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I.

7. A antítese é uma figura pela qual se opõem, numa mesma frase, duas palavras ou dois pensamentos de sentido contrário, a exemplo do que se verifica em:

(A) – *Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele.* (2º parágrafo)

(B) *Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã.* (1º parágrafo)

(C) *Que lhe importa a canoa nem o canoero, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados?* (3º parágrafo)

(D) – *Como obedece bem aos remos do homem!* (3º parágrafo)

(E) *Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada.* (4º parágrafo)

8. *Tivesse, porém, de escolher, escolheria a bandeja* (4º parágrafo)

Em relação à oração que a sucede, a oração sublinhada expressa ideia de

- (A) comparação.
- (B) concessão.
- (C) causa.
- (D) condição.
- (E) consequência.

9. *Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada.* (4º parágrafo)

Os termos sublinhados referem-se, respectivamente, a

- (A) “Rubião” e “prata lavrada”.
- (B) “Rubião” e “bandeja”.
- (C) “xícara” e “prata lavrada”.
- (D) “xícara” e “bandeja”.
- (E) “açúcar” e “bandeja”.

10. *Quem o visse, [...], cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta* (1º parágrafo)

Os sujeitos dos verbos sublinhados são, respectivamente,

- (A) “Quem” e “Quem o visse”.
- (B) “Rubião” e “Quem o visse”.
- (C) “Quem” e “Rubião”.
- (D) “Rubião” e “eu” (o narrador).
- (E) “Quem” e “eu” (o narrador).



Atenção: Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto de Mario Quintana.

Velha história

Era uma vez um homem que estava pescando, Maria. Até que apanhou um peixinho! Mas o peixinho era tão pequenininho e inocente, e tinha um azulado tão indescritível nas escamas, que o homem ficou com pena. E retirou cuidadosamente o anzol e pinçou com iodo a garganta do coitadinho. Depois guardou-o no bolso traseiro das calças, para que o animalzinho sarasse no quente. E desde então ficaram inseparáveis. Aonde o homem ia, o peixinho o acompanhava a trote, que nem um cachorrinho. Pelas calçadas. Pelos elevadores. Pelo café. Como era tocante vê-los no "17"! – o homem, grave, de preto, com uma das mãos segurando a xícara de fumegante moça, com a outra lendo o jornal, com a outra fumando, com a outra cuidando do peixinho, enquanto este, silencioso e levemente melancólico, tomava laranja por um canudinho especial...

Ora, um dia o homem e o peixinho passeavam à margem do rio onde o segundo dos dois fora pescado. E eis que os olhos do primeiro se encheram de lágrimas. E disse o homem ao peixinho:

“Não, não me assiste o direito de te guardar comigo. Por que roubar-te por mais tempo ao carinho do teu pai, da tua mãe, dos teus irmãozinhos, da tua tia solteira? Não, não e não! Volta para o seio da tua família. E viva eu cá na terra sempre triste!...”

Dito isso, verteu copioso pranto e, desviando o rosto, atirou o peixinho n'água. E a água fez redemoinho, que foi depois serenando, serenando até que o peixinho morreu afogado...

(Mario Quintana. **Eu passarinho**. São Paulo: Ática, 2014)

11. Tendo em vista a tipologia textual, “Velha história” constitui um texto, sobretudo,
- (A) informativo.
 - (B) narrativo.
 - (C) dissertativo.
 - (D) injuntivo.
 - (E) expositivo.
-
12. “Não, não me assiste o direito de te guardar comigo. Por que roubar-te por mais tempo ao carinho do teu pai, da tua mãe, dos teus irmãozinhos, da tua tia solteira? Não, não e não! Volta para o seio da tua família. E viva eu cá na terra sempre triste!...” (3º parágrafo)
- Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, os termos sublinhados assumem as seguintes formas:
- (A) *assistira* e *voltara*.
 - (B) *assistiria* e *voltasse*.
 - (C) *assistia* e *voltava*.
 - (D) *assistiria* e *voltaria*.
 - (E) *assistia* e *voltasse*.
-
13. Aonde o homem ia, o peixinho o acompanhava a trote, que nem um cachorrinho. (1º parágrafo)
- Considerando o contexto, os termos sublinhados constituem, respectivamente,
- (A) um pronome, um artigo, um artigo e uma preposição.
 - (B) uma preposição, um pronome, um pronome e um artigo.
 - (C) um pronome, um pronome, um pronome e um artigo.
 - (D) um artigo, um artigo, um artigo e uma preposição.
 - (E) um artigo, um artigo, um pronome e uma preposição.
-
14. Verifica-se o emprego de vírgula para separar um vocativo em:
- (A) *Era uma vez um homem que estava pescando, Maria.* (1º parágrafo)
 - (B) *Não, não me assiste o direito de te guardar comigo.* (3º parágrafo)
 - (C) *Aonde o homem ia, o peixinho o acompanhava a trote, que nem um cachorrinho.* (1º parágrafo)
 - (D) *Ora, um dia o homem e o peixinho passeavam à margem do rio onde o segundo dos dois fora pescado.* (2º parágrafo)
 - (E) *Dito isso, verteu copioso pranto e, desviando o rosto, atirou o peixinho n'água.* (4º parágrafo)
-
15. Verifica-se o emprego de voz passiva no seguinte trecho:
- (A) *Depois guardou-o no bolso traseiro das calças, para que o animalzinho sarasse no quente.* (1º parágrafo)
 - (B) *Ora, um dia o homem e o peixinho passeavam à margem do rio onde o segundo dos dois fora pescado.* (2º parágrafo)
 - (C) *E eis que os olhos do primeiro se encheram de lágrimas.* (2º parágrafo)
 - (D) *E viva eu cá na terra sempre triste!...* (3º parágrafo)
 - (E) *Por que roubar-te por mais tempo ao carinho do teu pai, da tua mãe, dos teus irmãozinhos, da tua tia solteira?* (3º parágrafo)

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Os apartamentos de um moderno edifício são numerados com três algarismos da seguinte maneira: o primeiro algarismo indica o andar e os dois seguintes o número do apartamento. Por exemplo, o apartamento numerado com 201 é o apartamento 01 do segundo andar. O edifício tem 6 andares com 15 apartamentos por andar. Os andares são numerados de 1 a 6, e, em cada andar, os apartamentos são numerados de 01 a 15. A quantidade de algarismos 2 necessária para numerar todos os apartamentos da forma descrita acima é:
- (A) 15
(B) 12
(C) 27
(D) 21
(E) 20
-
17. Oito cartões, numerados de 1 a 8, sem repetições, são distribuídos em duas caixas, **A** e **B**, de modo que a soma dos números dos cartões da caixa **A** seja igual à soma dos números dos cartões da caixa **B**. Se na caixa **A** há três cartões, então, certamente,
- (A) o cartão com número 8 está na caixa **A**.
(B) o cartão com número 7 está na caixa **A**.
(C) o cartão com número 3 está na caixa **B**.
(D) os cartões com números 1 e 2 estão na caixa **B**.
(E) o cartão com número 4 está na caixa **B**.
-
18. Sabendo-se que \blacksquare representa um número e que $\blacksquare + 15 = \blacksquare + \blacksquare + (\blacksquare/2)$, o número representado por \blacksquare é
- (A) 10
(B) 14
(C) 8
(D) 12
(E) 6
-
19. Cento e oitenta bombons, sendo noventa e seis de chocolate meio amargo e oitenta e quatro de chocolate ao leite, devem ser colocados em caixas. As caixas devem ter o mesmo número de bombons, e cada caixa deve ter apenas bombons de um mesmo sabor. O menor número de caixas a serem compradas é:
- (A) 10
(B) 9
(C) 12
(D) 18
(E) 15
-
20. Geraldo perguntou aos seus três filhos, Antonio, Bruno e Carlos, quantas cabeças de gado ele possuía. Antonio disse 2022, Bruno disse 2027 e Carlos disse 2010. Geraldo respondeu que eles erraram por 12, 7 e 5 cabeças, não necessariamente nessa ordem. O número de cabeças de gado que Geraldo possui é:
- (A) 2012
(B) 2015
(C) 2017
(D) 2020
(E) 2010

**Legislação**

21. Considere as seguintes definições:

- I. Retorno à atividade de servidor aposentado.
- II. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- III. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, as definições I, II e III correspondem correta e respectivamente a:

- (A) aproveitamento, reintegração e readaptação.
- (B) reversão, aproveitamento e recondução.
- (C) reversão, reintegração e recondução.
- (D) recondução, aproveitamento e readaptação.
- (E) aproveitamento, recondução e reintegração.

22. Considere os seguintes itens:

- I. Reintegração.
- II Recondução.
- III. Reversão.
- IV. Promoção.
- V. Readaptação.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a vacância do cargo público ocorre APENAS nos casos indicados em:

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) I, II e IV.

23. Consoante a Lei nº 8.112/1990, no que concerne ao processo disciplinar:

- (A) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis ou comissionados designados pela autoridade competente.
- (B) Na fase do inquérito, o presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
- (C) As reuniões e as audiências da comissão condutora do processo disciplinar terão caráter público.
- (D) O prazo para a conclusão do processo disciplinar, improrrogável, não excederá sessenta dias.
- (E) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.

24. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, a eleição para os cargos de Direção do Tribunal far-se-á mediante escrutínio

- (A) secreto, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, extraordinariamente.
- (B) aberto, em sessão extraordinária do Órgão Especial, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, extraordinariamente.
- (C) secreto, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, extraordinariamente.
- (D) aberto, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, ordinariamente.
- (E) secreto, em sessão ordinária do Órgão Especial, tomando posse os eleitos perante seus pares em sessão plenária reunida, ordinariamente.

25. Consoante os termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, fixar os horários de funcionamento dos serviços e das unidades judiciárias da região e eleger os magistrados que integrarão as Comissões Temporárias compete, respectivamente,

- (A) ao Órgão Especial e às Seções Especializadas.
- (B) ao Tribunal Pleno e às Seções Especializadas.
- (C) ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial.
- (D) ao Tribunal Pleno e ao Tribunal Pleno.
- (E) ao Órgão Especial e ao Órgão Especial.



26. Conforme dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no que concerne às Turmas, é correto afirmar que
- (A) de suas decisões não há previsão legal para recurso ao Órgão Especial.
 - (B) não têm competência para o julgamento de recursos.
 - (C) compõem-se de até quatro julgadores, dos quais apenas três participarão do julgamento.
 - (D) o Presidente da Turma profere voto apenas para desempate.
 - (E) o Presidente da Turma afastado temporariamente é substituído por um Presidente de outra Turma, com acúmulo de funções.
-
27. Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, é denominado dado pessoal
- (A) social.
 - (B) sensível.
 - (C) intangível.
 - (D) não qualificável.
 - (E) não classificável.
-
28. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, no que concerne ao tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes,
- (A) o consentimento pode ser genérico ou específico.
 - (B) o consentimento deve ser dado por ambos os pais ou responsável legal.
 - (C) os dados podem ser coletados sem o consentimento, se para contatar os pais ou responsável legal, podendo ser utilizados a essa finalidade.
 - (D) os dados podem ser coletados sem consentimento, desde que para contatar os pais ou responsável legal, não podendo ficar armazenados.
 - (E) os dados podem ser coletados, se para sua proteção, e podem ser repassados a terceiros, ambos sem consentimento.
-
29. Conforme estabelece a Lei nº 8.429/1992, a pena de *perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até catorze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos* pode ser aplicada no ato que
- (A) permite ou facilita a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - (B) ordena ou permite a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
 - (C) deixa de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
 - (D) descumpra as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
 - (E) percebe vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
-
30. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), no que concerne à participação consorciada nos certames licitatórios,
- (A) para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, não haverá acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.
 - (B) cada empresa consorciada deve comprovar, isoladamente, os requisitos habilitatórios exigidos no edital.
 - (C) é vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.
 - (D) o edital de licitação não poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas em consórcio.
 - (E) a substituição de consorciado independe de ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

31. É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:
- (A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
 - (B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
 - (C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
 - (D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
 - (E) participação nos lucros.
-
32. Percebendo que cada unidade de uma determinada instituição poderia contar com um responsável por TI descentralizado, ainda que mantivesse a usual subordinação hierárquica com a atual chefia, a diretoria pode implementar a estrutura conhecida como
- (A) piramidal.
 - (B) hierárquica.
 - (C) funcional.
 - (D) divisional.
 - (E) matricial.
-
33. Em tendo sido levantado o segredo de justiça de determinado processo criminal que despertava curiosidade do cidadão, este submeteu pedido de acesso, sob o pálio da Lei de Acesso à Informação, alegando que entre as informações básicas do processo não constaram os nomes das vítimas. Esse pedido deve ser:
- (A) não conhecido, uma vez que a Lei de Acesso à Informação não faculta pedido de acesso à informação.
 - (B) deferido, uma vez que os nomes das partes constituem informação básica do processo.
 - (C) indeferido, uma vez que o afastamento do segredo de justiça não defere o acesso público aos dados básicos do processo.
 - (D) deferido, mesmo porque o segredo de justiça não deveria ter impedido a publicidade dos dados básicos do processo.
 - (E) indeferido, porque os nomes das vítimas não se incluem nos dados básicos dos processos criminais.
-
34. É uma diretriz mencionada na Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 347/2020):
- (A) Reserva de percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação a mulheres vítimas da violência doméstica.
 - (B) Reserva de percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação a egressos do sistema prisional.
 - (C) Promoção da meritocracia e da profissionalização.
 - (D) Estímulo às contratações sustentáveis, evitando-se as compartilhadas tanto quanto possível.
 - (E) Adoção da Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling – BIM*) em todas as licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.
-
35. A definição de “coleta seletiva solidária” na política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021) consiste
- (A) na análise da série histórica de consumo e inovações do mercado consumidor.
 - (B) na aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social.
 - (C) nos parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
 - (D) na destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
 - (E) no processo de coordenação do fluxo de materiais considerando o ambientalmente correto e o desenvolvimento econômico equilibrado.
-
36. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal apresenta uma série de eixos deontológicos para nortear a conduta dos agentes públicos, dentre os quais, que
- (A) as ausências injustificadas ao trabalho desmoralizam o serviço público e desordenam as relações humanas, quase sempre.
 - (B) o servidor público deve decidir fundamentalmente acerca do que for legal ou ilegal, evitando cogitações de outras ordens inexistentes na lei, tais como justiça ou injustiça.
 - (C) a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, e não por ele próprio.
 - (D) a função pública não se integra na vida particular de cada servidor.
 - (E) nem todos os servidores gozam do direito à verdade.

**Gestão de Pessoas**

37. Entre os diversos estudiosos que desenvolveram teorias buscando explicar o fenômeno da motivação no ser humano, destaca-se Abraham Maslow, que preconizou a
- (A) organização das necessidades humanas segundo uma hierarquia a ser atendida, começando pelas fisiológicas e culminando com as ligadas à autorrealização.
 - (B) divisão entre fatores extrínsecos, ligados ao ambiente e que potencializam a motivação individual, e intrínsecos, inerentes à personalidade e de difícil modulação.
 - (C) natureza negativa do ser humano, sustentando que o homem médio é avesso ao trabalho e precisa de fatores indutores para produzir, devendo ser controlado e não propriamente motivado.
 - (D) natureza positiva do ser humano, sustentando que a maior parte dos indivíduos busca satisfação e autorrealização no trabalho e não apenas subsistência.
 - (E) importância do reforço positivo para gerar motivação e aumentar a produtividade, abandonando a ideia anterior de punições, que funcionam como reforço negativo e geram insatisfação.
-
38. Entre os diferentes tipos de liderança apontados pela literatura, destacam-se a liderança transacional e a transformacional,
- (A) ambas baseadas em características inatas do líder, sendo a transformacional um estágio mais elevado obtido a partir de treinamentos de liderança com foco no aprimoramento de habilidades de comunicação.
 - (B) ambas baseadas no carisma do líder, com a diferença de que a transacional pressupõe uma maior permeabilidade e interação com os liderados e valorização da participação coletiva.
 - (C) sendo a transacional baseada em uma relação de troca, onde os liderados obtêm benefícios a partir do seu desempenho, enquanto na transformacional há um maior estímulo para superação e crescimento pessoal.
 - (D) sendo a transformacional baseada no conceito de *laissez-faire*, onde o líder apenas entra em cena para ações corretivas, enquanto na transacional o líder atua de forma mais ativa, indutiva e muitas vezes coercitiva.
 - (E) ambas independentes de características pessoais do líder, sendo totalmente focadas em fatores do ambiente organizacional, possuindo como traço distintivo o grau de maturidade dos liderados.
-
39. Segundo Herbert Simon, a organização pode ser entendida como um sistema de decisões, sendo a tomada de decisão uma das tarefas mais características do administrador. A literatura destaca, ainda, que as decisões podem ser tomadas tanto para solucionar problemas, como para aproveitar oportunidades. Fixadas essas premissas gerais, emerge a conhecida categorização das decisões como "programadas" e "não programadas", tomando por base
- (A) a natureza da situação, eis que a solução de um problema somente pode ser alcançada por uma decisão programada, enquanto o aproveitamento de oportunidades demanda, necessariamente, uma decisão não programada.
 - (B) o grau de experiência do administrador, sendo a presença de decisões não programadas um indicativo clássico de baixa capacidade gerencial.
 - (C) a complexidade da situação posta, sendo as decisões programadas aquelas adequadas para situações desafiadoras e inéditas para a organização.
 - (D) o grau de ineditismo ou recorrência da situação, sendo as decisões programadas aquelas que fazem parte do acervo de soluções da organização e as não programadas as destinadas a situações não usuais.
 - (E) o tipo de organização, eis que as organizações com processos estruturados adotam apenas decisões programadas, enquanto aquelas com menor grau de maturidade acabam se valendo de decisões não programadas.
-
40. A evolução histórica dos modelos de gestão de recursos humanos, passando do modelo industrial, próprio da Administração Científica e da Escola Clássica, para o conceito de gestão de pessoas a partir da Escola de Relações Humanas, e, subsequentemente, para o conceito de Gestão Estratégica de Pessoas, denota um movimento
- (A) de fortalecimento e centralização da área de recursos humanos, retirando a anterior autoridade dos gestores dos demais departamentos na organização das tarefas dos subordinados.
 - (B) de maior horizontalização da gestão de pessoas, atribuindo aos gerentes a denominada função de *staff*, o que acabou gerando um certo empobrecimento de tarefa da área de Recursos Humanos.
 - (C) de descentralização da função de gestão de recursos humanos, com atribuição de responsabilidade de linha para os gestores e função de *staff* (assessoria e consultoria) para o órgão de Recursos Humanos.
 - (D) que culminou com a ausência de uma estrutura central de gestão de recursos humanos, cabendo aos departamentos gerenciar todos os aspectos dos recursos humanos a estes alocados.
 - (E) que resultou na instituição de um modelo de gestão focada no indivíduo e nas relações interpessoais, colocando fim às antigas funções de *staff* e de linha próprias dos modelos anteriores.
-
41. Considere que uma determinada organização tenha adotado como modelo de planejamento de Recursos Humanos o modelo baseado em fluxo de pessoal. Este modelo apresenta como aspecto potencialmente NEGATIVO
- (A) seu caráter vegetativo, com abordagem quantitativa, inadequado para empresas em expansão, eis que voltado para preenchimento de vagas existentes.
 - (B) sua aplicação apenas ao nível operacional da organização, sendo assim restrito a empresas de grande porte.
 - (C) a consideração de apenas uma variável: a procura estimada do produto ou do serviço, sem levar em conta aspectos contingentes de mercado.
 - (D) ser conceitualmente aplicável apenas como plano de carreira, eis que focado em mapas de substituição e encarreiramento dos postos chave.
 - (E) o elevado potencial de erros de previsão, pois se baseia em projeções futuras de crescimento ou decréscimo da necessidade de pessoal.



42. Um dos principais teóricos do processo de mudança nas organizações, Kurt Lewin, preconiza que a mudança envolve três etapas, sendo a última delas denominada
- (A) escalonização, na qual as novas práticas desejadas são introduzidas, porém sem, necessariamente, substituir todas as anteriores.
 - (B) descongelamento, onde se chega ao estágio em que as práticas arraigadas à organização são efetivamente eliminadas.
 - (C) espiral do conhecimento, quando a mudança é disseminada por toda a organização, culminando com sua internalização.
 - (D) escala gráfica, quando a mudança pode ser percebida e medida a partir de indicadores comportamentais.
 - (E) recongelamento, onde as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente como comportamento padronizado, sendo a etapa de estabilização da mudança.

Noções de Direito Constitucional

43. Militantes de um partido político decidem realizar uma manifestação em uma importante avenida da cidade contra a situação econômica do país, e avisam a autoridade competente sobre data, hora e local de sua realização. Simpatizantes das políticas econômicas, por sua vez, ao tomarem conhecimento do referido evento, pretendem, sem solicitar autorização da autoridade competente, realizar, na mesma data, hora e local, manifestação favorável ao governo. No caso em questão, considerados os elementos fornecidos, diante do disposto na Constituição Federal,
- (A) os simpatizantes das políticas econômicas não poderão levar adiante sua intenção, pois frustraria a reunião dos militantes do partido político, já convocada para a mesma data, hora e local, e comunicada à autoridade competente.
 - (B) caberia à autoridade municipal reunir ambos os grupos e, mediante a assinatura de um termo de ajustamento de condutas, estabelecer o compromisso dos participantes de que ambos os eventos venham a ocorrer de maneira pacífica, sem armas.
 - (C) os simpatizantes das políticas econômicas podem se manifestar livremente, pois a Constituição garante o direito de reunião, independentemente de autorização do Poder Público, e ainda que em data, hora e local de outra reunião convocada anteriormente.
 - (D) nenhuma das manifestações poderia ocorrer, haja vista que dependem de prévia autorização por parte da autoridade competente, não bastando, para sua realização, o simples aviso prévio.
 - (E) diante do impasse, os militantes do partido político devem, com a intermediação do Ministério Público e as autoridades municipais, remarcar para data futura a realização do evento.
44. Marília, brasileira naturalizada, de 23 anos, em pleno exercício de seus direitos políticos, pretende se candidatar a um cargo eletivo nas próximas eleições que serão realizadas no final do ano corrente, já estando filiada a um partido político. Diante da situação apontada, à luz da Constituição Federal, Marília
- (A) poderá se candidatar para Deputada Estadual, sendo necessário, ainda, o estabelecimento de domicílio eleitoral na circunscrição que pretende disputar o cargo.
 - (B) poderá se candidatar para o cargo de Senadora da República, sendo necessário, apenas, seu alistamento eleitoral.
 - (C) não poderá se candidatar para o cargo de Senadora da República, ainda que preenchidos todos os requisitos de alistamento, por se tratar de cargo privativo de brasileiro nato.
 - (D) não poderá se candidatar para o cargo de Deputada Federal, por não ter, ainda, a idade mínima de 25 anos.
 - (E) poderá se candidatar para Governadora de Estado, sendo necessário seu alistamento eleitoral e o estabelecimento de domicílio eleitoral na circunscrição que pretende disputar o cargo.
45. Diante do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a disciplina constitucional da Administração pública e seus servidores,
- (A) somente ao Poder Judiciário, no exercício regular de sua função jurisdicional, mediante provocação, cabe aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
 - (B) o cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
 - (C) é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
 - (D) o direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.
 - (E) é constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
46. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal sobre a Justiça do Trabalho,
- (A) frustrada a negociação coletiva, as partes deverão, imediatamente, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, sendo vedada, em qualquer hipótese, a escolha de árbitros para a solução do conflito, haja vista o caráter indisponível dos direitos trabalhistas.
 - (B) compete ao Tribunal Superior do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - (C) a Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores, mas não apenas entre sindicatos, por envolverem tão somente pessoas jurídicas.
 - (D) em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo e, após a sua instrução, decidir o conflito.
 - (E) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da Administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Noções de Direito do Trabalho**

47. Adonis é empregado do Hospital Cura Tudo, exercendo a função de enfermeiro, recebendo a remuneração média de R\$ 2.500,00, sendo composto de R\$ 1.500,00 de salário fixo, R\$ 500,00 de ajuda de custo e R\$ 500,00 de vale-alimentação. O referido empregado, após conversa com o seu empregador, passará a receber adicional de periculosidade, uma vez que, após laudo, o engenheiro contratado pelo hospital atestou a periculosidade no local de trabalho. Nessa situação, com base na CLT, Adonis deverá receber a esse título, em reais,
- (A) 750,00
 - (B) 1.000,00
 - (C) 600,00
 - (D) 500,00
 - (E) 450,00
-
48. De acordo com jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, é devido o pagamento
- (A) em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base na CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
 - (B) em dobro apenas da remuneração de férias, excluído o terço constitucional, com base na CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
 - (C) em triplo da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base na CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
 - (D) em triplo da remuneração de férias, excluído o terço constitucional, com base na CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
 - (E) da remuneração de férias, acrescido de 50%, incluído o terço constitucional, com base na CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
-
49. Camélia é empregada da funerária Além da Eternidade desde 2020 e pretende entrar em acordo com a sua empregadora para a rescisão contratual. Seu salário é de R\$ 1.800,00 e o saldo do FGTS em sua conta vinculada é de R\$ 2.500,00. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o aviso prévio indenizado e a indenização do FGTS deverão ser, respectivamente, de
- (A) R\$ 1.800,00 e R\$ 500,00
 - (B) R\$ 900,00 e R\$ 500,00
 - (C) R\$ 720,00 e R\$ 400,00
 - (D) R\$ 900,00 e R\$ 400,00
 - (E) R\$ 1.080,00 e R\$ 600,00
-
50. Platão e Ísis são empregados da empresa de transportes Roda Roda Gira Mundo. Ambos trabalham no departamento financeiro da empresa, sendo que Ísis recebe salário 30% superior a Platão, que entende ser merecedor do mesmo salário que Ísis, uma vez que exercem idênticas funções. De acordo com previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, Platão deverá receber o mesmo salário que Ísis na hipótese de o trabalho de ambos ser desempenhado com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, sendo que a diferença de tempo de serviço deles na empresa
- (A) não pode ser superior a 5 anos e a diferença de tempo na função não superior a 2 anos.
 - (B) deve ser inferior a 5 anos e a diferença de tempo na função não superior a 3 anos.
 - (C) e a diferença de tempo na função, ambas, não podem superar 4 anos.
 - (D) não pode ser superior a 4 anos e a diferença de tempo na função não superior a 2 anos.
 - (E) e a diferença de tempo na função, ambas, não podem superar 3 anos.
-
51. Hipócrates presta serviços ao restaurante Ilha de Mykonos Comida Marítima Ltda., trabalhando das 12h às 20h, o qual funciona apenas aos sábados e domingos. Visando regulamentar a situação jurídica da relação de trabalho, o restaurante poderá firmar com Hipócrates contrato de trabalho
- (A) intermitente, devendo garantir a remuneração mínima por 24 horas semanais.
 - (B) intermitente, o qual pode ser determinado em horas, dias ou meses.
 - (C) temporário, devendo garantir a remuneração mínima de 44 horas semanais.
 - (D) eventual, o qual pode ser pactuado em horas, dias ou mês, devendo, no entanto, estabelecer jornada e salário pelo mínimo de 36 horas semanais.
 - (E) eventual, o qual pode ser pactuado em horas, dias ou mês, com remuneração mínima de 1 salário mínimo.



52. Arquimedes é membro titular da CIPA indicado pelo seu empregador, na fábrica de lâmpadas Brilho Intenso Indústria e Comércio Ltda.. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição Federal de 1988, Arquimedes
- (A) não poderá sofrer despedida arbitrária, tendo seu emprego garantido até 2 anos após o término do seu mandato.
 - (B) não goza de estabilidade provisória no emprego, a qual é restrita apenas a membros titulares eleitos pelos empregados.
 - (C) é detentor de estabilidade provisória no emprego até 1 ano após o término do seu mandato.
 - (D) não goza de estabilidade provisória no emprego, a qual é restrita apenas a membros eleitos pelos empregados, titulares e suplentes.
 - (E) não poderá sofrer despedida arbitrária, tendo seu emprego garantido até 1 ano após o término do seu mandato.

Noções de Direito Administrativo

53. Acerca dos órgãos públicos, considere:
- I. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria; dessa forma, caso haja danos causados a particulares a partir de conduta de agente público, que atua em órgão público, a responsabilidade será da pessoa jurídica da qual aquele órgão é integrante.
 - II. Apesar de não possuírem personalidade jurídica, é admissível uma única exceção para que os órgãos públicos atuem em Juízo, quando tal atuação se der em defesa de suas prerrogativas institucionais, independentemente do grau de hierarquia administrativa do órgão atuante.
 - III. Para a criação e extinção de órgãos públicos, em regra, há a necessidade de lei, conforme previsão constitucional. Contudo, há algumas exceções, dentro da Constituição Federal, que permitem a criação de órgãos públicos a partir de ato administrativo.
 - IV. Pela teoria do mandato, a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio dos órgãos, de tal modo que quando os agentes que os compõem manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse.

Está correto que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II, III e IV.
54. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sobre os concursos públicos,
- (A) o edital de concurso público pode impedir a participação de candidato pelo fato de responder a inquérito ou a ação penal, independentemente de previsão legal.
 - (B) o candidato pode realizar o concurso público em data e horário distinto do previsto em edital por motivo de crença religiosa, desde que sejam respeitados os princípios da razoabilidade e da isonomia, além de não significar um ônus desproporcional para a Administração pública.
 - (C) o Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos, no caso de concurso público organizado por entidade privada que foi cancelado por indícios de fraude.
 - (D) é sempre permitido ao Poder Público deixar de nomear aprovados dentro do número de vagas em concurso público, diante da alegação de circunstâncias como a pandemia e a crise econômica, bem como o alerta do Tribunal de Contas sobre o limite prudencial.
 - (E) é inconstitucional a remarcação de curso de formação para o cargo de agente penitenciário feminino de candidata que esteja lactante de bebê recém-nascido à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

55. Para os fins da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), considera-se
- (A) catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades.
 - (B) superfaturamento: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas um item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.
 - (C) sistema de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.
 - (D) agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
 - (E) empreitada por preço global: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.



56. De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) sobre os contratos administrativos,
- (A) a duração dos contratos regidos por essa Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar no mínimo dois exercícios financeiros.
 - (B) dentre as prerrogativas concedidas à Administração pública, em razão do regime jurídico que rege os contratos administrativos, está a possibilidade de alteração das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos sem prévia concordância do contratado.
 - (C) a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
 - (D) o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Os danos a terceiros, contudo, ficarão sob a responsabilidade exclusiva da Administração, diante das normas que regem a responsabilidade extracontratual do Estado.
 - (E) exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários e solidariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

Noções de Orçamento Público

57. As informações sobre receitas de um ente público, referentes ao exercício financeiro de 2021, foram extraídas do seu sistema de contabilidade, conforme a seguir:
- Arrecadação de R\$ 20.000.000,00 referentes ao valor principal de Impostos.
 - Arrecadação de R\$ 410.500.000,00 referentes ao valor principal de Valores Mobiliários.
 - Arrecadação de R\$ 130.000.000,00 referentes ao valor principal de Indenizações e Restituições.
 - Arrecadação de R\$ 27.000.000,00 referentes ao valor principal de Amortização de Empréstimos.
 - Arrecadação de R\$ 12.000.000,00 referentes ao valor principal de Alienação de Bens Imóveis.
 - Obtenção de R\$ 5.000.000,00 referentes a Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.

Com base nessas informações tomadas em conjunto, o valor da Receita de Capital arrecadada no exercício financeiro de 2021 pelo referido ente público foi, em reais, de

- (A) 169.000.000,00
 - (B) 454.500.000,00
 - (C) 39.000.000,00
 - (D) 44.000.000,00
 - (E) 449.500.000,00
58. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022 de um ente público deve
- (A) apresentar a avaliação da realização das metas de resultado primário e nominal referentes aos exercícios financeiros de 2019, 2020 e 2021 do referido ente.
 - (B) apresentar em um único documento legal todas as receitas orçamentárias previstas e as despesas orçamentárias empenhadas dos poderes executivo, legislativo e judiciário do referido ente para cumprir com o princípio orçamentário da exclusividade.
 - (C) conter avaliação da situação financeira do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do referido ente.
 - (D) conter, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2022 do referido ente.
 - (E) definir a dotação destinada para a reserva de contingência com base no valor da receita corrente total arrecadada pelo referido ente no exercício financeiro de 2021.

59. Um ente público constatou, em março de 2022, que a dotação orçamentária destinada para atender despesas com Obras e Instalações seria insuficiente e procedeu a abertura de crédito orçamentário adicional para a despesa sem caráter de urgência. Para a abertura do referido crédito, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o ente pode ter utilizado, desde que não comprometido, recurso proveniente
- (A) da economia orçamentária apurada em Balanço Orçamentário do exercício de 2021.
 - (B) de superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2021.
 - (C) do resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício de 2022.
 - (D) do resultado financeiro positivo apurado em Balanço Financeiro do exercício de 2021.
 - (E) do saldo positivo entre a receita orçamentária prevista e a atualizada do primeiro bimestre de 2022.

60. Em abril de 2022, o ordenador de despesa de uma entidade pública empenhou despesas no valor de R\$ 590.000,00 para a construção de um prédio. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a referida despesa deve ser classificada na categoria econômica denominada Via @carla_gabola
- (A) Investimentos e é uma despesa com Obras Públicas.
 - (B) Inversões Financeiras e é uma despesa com Obras Públicas.
 - (C) Transferências de Capital e é uma despesa com Obras Públicas.
 - (D) Despesa de Capital e é uma despesa com Inversões Financeiras.
 - (E) Despesa de Capital e é uma despesa com Investimentos.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.4 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.5 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.6 a 10.11. 10.6 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.6.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.6.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.6.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.6.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** 10.6.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.6.3.2 A avaliação será feita considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.8 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.6. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.10 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

A discussão da redução da jornada de trabalho, desde o advento do capitalismo, configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida (o chamado “tempo livre”), e, por outro, possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho. Convém, contudo, fazer um esclarecimento: a redução da jornada de trabalho não implica necessariamente a redução do tempo de trabalho.

Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

(ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**, edição digital)

Ancorado nas ideias expostas acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da relação entre “tempo de trabalho” e “tempo livre” na vida do indivíduo contemporâneo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO